



# SOMOS MUITAS SOMOS DIVERSAS SOMOS CIENTISTAS SOMOS PROFESSORAS

## ELEONORA ZILLER

Professora e presidente da AdUFRJ

Neste 8 de março não estaremos nas ruas, como no ano passado, sacudindo nossa bandeira a muitas mãos. Ao contrário, estaremos espremidas em carretas, gritando das janelas, batendo painéis, cansando os dedos em tuitos ou apenas nos debruçando sobre a dor de tantas perdas. E talvez tenhamos

menos esperança batendo em nosso peito. Mas esses dias sombrios acabam exigindo de nós a fabricação de mais esperança ainda. Nós estamos em todas as frentes. E na luta diária em defesa da vida, nas áreas da Saúde e da Educação, somos a grande maioria. E por isso, somos nós que poderemos gritar mais alto e mais forte “FORA BOLSONARO!”. Por isso, para o dia 8 de março, com a coordenação da professora e diretora da AdUFRJ Christine

Ruta, jogamos nossas cores e nossos sonhos em muros da cidade, em defesa da vida, da Ciência e da Educação. Numa campanha ancorada no Observatório do Conhecimento, ganhamos mais uma vez as ruas, ainda que num jogo de luzes e sombras, em várias cidades do país. Estamos vivas, cada vez mais vivas, e seguiremos em defesa de um mundo mais diverso, e por isso mesmo, mais igualitário.



## EDITORIAL

## NADA DE CORRER DA RAIA

## DIRETORIA

*Desesperar, jamais  
Aprendemos muito nestes anos  
Afinal de contas, não tem cabimento  
Entregar o jogo no primeiro tempo  
Ivan Lins*

Nesta semana em que encerramos o difícil 2020.1, já nos preparando para enfrentar 2020.2 em voo direto sem escalas, vimos os noticiários se transformarem em verdadeiros espetáculos macabros da devastação que tomou conta do país. O descaso e o menosprezo do governo federal com o descontrole da pandemia não têm paralelo no mundo. Juntamos as chantagens e ameaças de cortes de verbas, reduções salariais e tudo o mais que está em discussão na Câmara e no Senado, e teremos um março dos mais tristes e difíceis de nossa história.

Quando um obscuro deputado consegue acionar a CGU para intimidar a universidade é sinal de que algo de podre está se espalhando em nossa vida democrática. O caso do ex-reitor Pedro Hallal

e do professor Eraldo dos Santos, ambos da UFPEL, é um sintoma que não pode ser menosprezado. Bolsonaro se elegeu com um indisfarçável projeto autoritário, revelado sem nenhum pudor em muitas oportunidades. Até aqui tem encontrado alguma dificuldade para impor a mordada que gostaria, mas não podemos menosprezar o quanto tem avançado, principalmente nas universidades menores e mais afastadas dos grandes centros urbanos. O STF já se manifestou contra qualquer tentativa de restrição ao livre debate nas universidades, reafirmando o caráter inconstitucional dessas iniciativas.

A pergunta que fica no ar: diante desta hecatombe nacional, o que falta para darmos fim a esse governo? Estamos todos anestesiados e sem ação diante de um governo que só faz avançar sobre nossos direitos? Será verdade que ele já aparelhou os órgãos de segurança e tem inclusive o controle sobre as polícias? No emaranhado político dos últimos dias fica cada vez mais evidente a dificuldade que Bolsonaro tem em orquestrar todos os interesses que cercam o seu governo. Ao mesmo tempo, cresce em todo o país o movimento por “Vacina Já”, a volta do auxílio emergencial de R\$ 600,00 e “Fora Bolsonaro!”. A última

plenária das diversas frentes e movimentos sociais reuniu mais de 400 pessoas no dia 3 de março. São elas representantes das mais diversas categorias profissionais, movimentos sociais, com um espectro político bastante diferenciado. Não reverteremos a fragmentação da oposição em tão pouco tempo e não há fórmula mágica para sairmos desse imbróglio. Entretanto, existe sim alguma coisa que poderá fazer com que tudo isso se afirme num grande movimento de salvação nacional: a população compreender de forma inequívoca que há responsabilidade direta do governo nas mais de 260.000 mortes oficiais por covid-19 e que há a possibilidade real de as coisas melhorarem caso ele seja deposto.

Nada disso será fruto de geração espontânea. É preciso cultivo paciente e persistente, mesmo que em condições adversas. Seguiremos fazendo tudo o que está ao nosso alcance, em todas as frentes, sem descanso. Não nos intimidaremos, nenhum de nós está sozinho nessa luta. Ainda temos nosso sindicato, a Constituição está de pé e as universidades são uma das mais importantes trincheiras da luta pela democracia, pela Ciência e pela vida!

## PRIMEIRO PROFESSOR TITULAR NEGRO NA FÍSICA

Antônio Santos, vice-diretor do Instituto de Física, é o mais novo professor titular da UFRJ e um dos raros docentes negros da universidade a alcançar o último posto da carreira. A aprovação aconteceu nesta quinta-feira, 3, por unanimidade, em banca com cinco professores, quatro deles de fora da UFRJ. “Nas universidades que têm excelência em pesquisa, os docentes negros não passam de 20%, e nas Exatas esse índice é menor ainda. Na Física, eu conto nas mãos o número de docente negros em todo o Brasil. É um racismo institucional, mas é também resultado do racismo estrutural e estruturante, porque ele também dá forma à estrutura da sociedade”, afirma o pesquisador, militante do movimento negro. “A gente tem que tomar cuidado para que casos de exceção não sejam usados para legitimar o discurso de meritocracia. Não há como falar de mérito numa sociedade tão desigual como a nossa”, afirma. “A UFRJ está discutindo isso, aprovou recentemente a mudança nas cotas nos concursos docentes. É um passo importante, principalmente para os mais novos. Eu tenho que olhar para o estudante negro. O fato de ele ver um professor ou uma professora negra, traz representatividade pra esse estudante, sensação de pertencimento”.

## PLANTÃO JURÍDICO: NOVO HORÁRIO

O atendimento jurídico online oferecido pela AdUFRJ para todos os sindicalizados está com um novo horário. Nas terças-feiras, o plantão se mantém de 8h às 11h30. Mas os atendimentos das sextas foram transferidos para as quintas-feiras, e ocorrerão de 12h30 às 16h. A iniciativa continua sendo muito bem recebida pelos professores. Os atendimentos são feitos pelo aplicativo Zoom. Para baixá-lo, acesse [www.zoom.com](http://www.zoom.com) e instale no seu computador ou celular gratuitamente. Para agendar um horário, envie e-mail para [beline@adufjr.org.br](mailto:beline@adufjr.org.br) ou mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672. Você receberá o link para participar no número informado. No horário marcado, é só clicar no link e entrar na sala de reunião.

## ADUFRJ DÁ APOIO À VACINAÇÃO DE FILIADOS APOSENTADOS

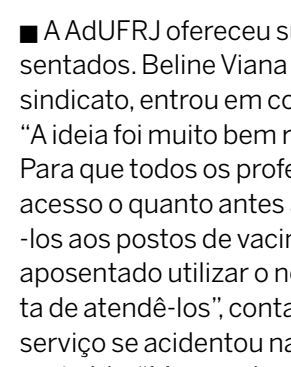


Os professores que moram sozinhos para saber como eles estavam”, completa. Beline afirma que alguns docentes e familiares se emocionaram com o carinho do gesto, e ficaram felizes por se sentirem lembrados.

## ADEUS AO MESTRE DAS LETRAS



Faleceu precocemente, na última terça-feira (2), Luiz Edmundo Bouças Coutinho, professor associado da Faculdade de Letras. Era considerado pelos seus alunos e colegas como um dos professores mais queridos, sendo um exemplo de generosidade e delicadeza. Possuía experiência na área de Letras, com ênfase em Teoria Literária, e atuava principalmente nos seguintes temas: Decadentismo, Dandismo, Art Nouveau e Belle Époque brasileira. Fortemente abalada, a presidente da AdUFRJ, Eleonora Ziller, se despediu do colega: “Guardo dele as melhores lembranças, e devo ao seu exemplo muito do que tento ser como professora. Muitas saudades, muita tristeza, porque os dias estão pesados”.



A AdUFRJ ofereceu suporte para a vacinação de seus sindicalizados aposentados. Beline Viana de Souza (foto), da equipe de Assistência Jurídica do sindicato, entrou em contato com cerca de 150 filiados na faixa dos 90 anos. “A ideia foi muito bem recebida e elogiada pelos professores”, disse Beline. Para que todos os professores integrantes dos grupos prioritários tenham acesso o quanto antes à vacina, a AdUFRJ se colocou à disposição para levá-los aos postos de vacinação. “Felizmente, não foi preciso nenhum professor aposentado utilizar o nosso transporte, pois as próprias famílias deram conta de atendê-los”, conta Beline. A única professora que seria atendida pelo serviço se acidentou na véspera e, diante disso, um médico foi até sua casa vaciná-la. “Mesmo depois de vacinados, ainda entrei em contato com aqueles professores que moram sozinhos para saber como eles estavam”, completa. Beline afirma que alguns docentes e familiares se emocionaram com o carinho do gesto, e ficaram felizes por se sentirem lembrados.

## Escalada de horror: mais de uma morte a cada minuto

Doença descontrolada, alta transmissão do vírus e milhares de vidas perdidas. Colapso total do sistema de saúde, anunciado pelos cientistas desde o início da pandemia, começa a se materializar

SILVANA SÁ  
silvana@adufjr.org.br

Brasil perdeu 1.910 vidas na quarta-feira (3). Significa 1,3 morte a cada minuto e traduz um país acudido diante de uma escalada sombria. Dos dez maiores totais de mortes registradas em 24 horas desde o começo da pandemia, sete aconteceram nos primeiros meses de 2021. Três desses recordes ocorreram nos últimos dez dias e obrigaram a Fiocruz a lançar um boletim extraordinário sobre a evolução da doença.

Na noite de terça-feira, 2, a Fiocruz lançou um documento sobre a evolução da doença. Os pesquisadores afirmam no boletim que “os dados apresentados, embora alarmantes, constituem apenas a ponta do iceberg de um patamar de intensa transmissão no país”.

O documento da Fiocruz foi fundamental para que a Prefeitura do Rio publicasse no dia 4 um decreto aumentando as restrições para conter o avanço da pandemia na cidade. O decreto permanece em vigor do dia 5 ao dia 11 de março, quando haverá nova avaliação da situação na cidade. As escolas públicas e privadas permanecem abertas.

## A NORMA PROÍBE:

- # O funcionamento de bares e restaurantes das 17h às 6h
- # A permanência na rua das 23h às 5h – a circulação ainda está autorizada
- # A realização de festas e eventos em espaços abertos e fechados
- # A realização de feiras
- # O comércio nas praias e orla.

Mas epidemiologistas avaliam que as medidas ainda não são suficientes. O próprio boletim da Fiocruz recomenda medidas mais duras, como restrição de todas as atividades não essenciais, além de ampla testagem da população,

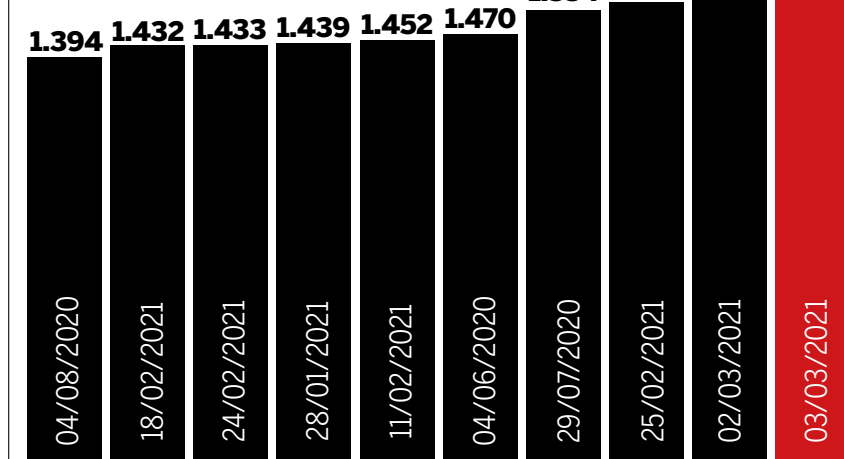
## PERCENTUAL DE LEITOS OCUPADOS NOS ESTADOS\*

|     |                     |
|-----|---------------------|
| 99% | Santa Catarina      |
| 97% | Rondônia            |
| 95% | Goiás               |
| 93% | Pernambuco          |
| 93% | Ceará               |
| 92% | Paraná              |
| 92% | Amazonas            |
| 92% | Acre                |
| 91% | Rio Grande do Norte |
| 91% | Distrito Federal    |
| 89% | Mato Grosso         |
| 88% | Rio Grande do Sul   |
| 88% | Mato Grosso do Sul  |
| 86% | Tocantins           |
| 86% | Maranhão            |
| 83% | Bahia               |
| 82% | Roraima             |
| 82% | Pará                |
| 80% | Piauí               |
| 76% | Espírito Santo      |
| 75% | Minas Gerais        |
| 74% | São Paulo           |
| 72% | Alagoas             |
| 69% | Paraíba             |
| 64% | Amapá               |
| 63% | Rio de Janeiro      |
| 59% | Sergipe             |

\*Fonte: Boletim Extraordinário Observatório Covid-19 da Fiocruz de 2/3/2021

rastreamento e isolamento de casos, aceleração da vacinação, abertura de novos leitos, reconhecimento legal do estado de emergência sanitária e aprovação de um plano de recuperação econômica com retorno imediato do auxílio emergencial para os mais pobres.

Segundo a análise da Fiocruz, a pandemia no Brasil acontece de maneira simultânea em todo o território, com tendência de cres-

NÚMEROS SOMBRIOS  
RECORDES DE MORTES EM 24 HORAS

cimento e com iminente colapso dos sistemas de saúde em várias cidades. Três variantes circulam simultaneamente no país: a do Amazonas, do Reino Unido e da África do Sul. A do Amazonas deu origem a uma nova linhagem do vírus, a P2, encontrada no Rio de Janeiro. Das 27 capitais do país, 19 estão com taxas de ocupação de leitos de UTI-covid acima dos 80%. As mais críticas são Porto Velho (100%), Florianópolis (98%), Curitiba e Goiânia (95%), Natal (94%), Rio Branco e Campo Grande (93%). O Rio está com 88% de ocupação dos leitos.

## BRASILEIROS BARRADOS

O caos nas políticas de saúde no país teve repercussões internacionais. Nos aeroportos, brasileiros e até estrangeiros que não tenham como destino seu país de nascimento começam a ser barrados. Tudo porque temos o pior cenário de covid em todo o globo e somos celeiro de outras prováveis novas cepas. Nas agências de viagem e companhias aéreas, não é difícil ouvir que o Brasil está sendo visto internacionalmente como “risco à humanidade”. Na última semana, a jornalista Tatiana Lima presenciou de embarque cancelado horas antes do voo. A atendente explicou: “Nunca vi uma situação como esta, mas o Brasil está com bandeira

preta em relação aos outros países, principalmente europeus”. O amigo só conseguiu reaver seu passe quando, horas depois, comprovou residência na Holanda. “Ali eu percebi que estamos num caminho sem retorno rumo ao caos”, afirmou a jornalista.

## SEM CONFIANÇA NOS DADOS

Aparentemente com uma situação um pouco mais “confortável”, figurando em cenários de média móvel de casos e de óbitos em estabilidade, o Rio de Janeiro é uma incógnita. “Não temos confiança nos dados mais recentes. A baixíssima qualidade dos dados nos impede de conhecer o cenário real”, afirmou o professor Guilherme Travassos, vice-coordenador do GT Pós-Pandemia da UFRJ e um dos idealizadores do Covidímetro, ferramenta utilizada para verificar a taxa de transmissão no estado e no município. “Nossa expectativa é de que nas próximas duas semanas a gente atinja 750 mil casos. Hoje, temos 561 mil (no estado)”.

Outro ponto que merece atenção é a taxa de letalidade do município e do estado do Rio: 8,72% e 4,9%, respectivamente. O que pode indicar possível subnotificação de casos, além de sinalizar para o suporte clínico deficitário nos casos mais graves. Mas esta não é uma exclusividade flumi-

## “TRAGÉDIA ANUNCIADA”

“Esse cenário que nós vivemos no Brasil é uma tragédia anunciada por toda a comunidade científica”. A fala acertiva é do pesquisador Domingos Alves, da USP, que participou de debate “Como Está a Pandemia Hoje”, organizado pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, na segunda, 1º de março. Domingos integra a equipe de especialistas do Portal Covid-19 BR, ferramenta desenvolvida pela Universidade de São Paulo (USP) para acompanhamento e previsão da pandemia no país. Há um ano, apenas quatro capitais eram res-

ponsáveis pelos casos de covid-19 no Brasil. Hoje, a pandemia se alastrou por todas as cidades. As festas clandestinas de final de ano e de carnaval contribuíram para tornar o quadro de alta transmissão predominante de norte a sul do país.

Para além das aglomerações em datas comemorativas, o isolamento social caiu a índices praticados antes do início da pandemia. Em todo o país, a taxa de isolamento média é de 31%, mesmo patamar de janeiro do ano passado. No Rio, o índice chega a 45%. Para o especialista, é preciso somar esforços

com um lockdown efetivo e com aumento da cobertura vacinal. “O Brasil precisa aumentar em dez vezes a velocidade da vacinação para imunizar a população até o final do ano”, alerta Domingos Alves. “Aumento do número de leitos, isolamento de grupos de risco, isto é política de enxugar gelo, não está baseado na ciência”.

O professor Claudio José Struchiner, da UERJ, concorda. “As evidências científicas são muito claras. Ficamos com o pior dos mundos: nós temos a mortalidade, temos os problemas sociais, temos os problemas econômicos e nada é resolvido. A alternativa escolhida pela sociedade brasi-

leira é a pior possível, é aquela em que temos todos os prejuízos sem nenhum bônus dessas escolhas”.

O epidemiologista analisou o impacto de uma vacinação lenta. “Se não conseguirmos atingir uma proporção muito grande (da população), a presença de portadores assintomáticos teria um efeito muito nocivo, com o qual devemos nos preocupar muito”.

Vice-coordenador GT-Coronavírus e integrante do GT Pós-Pandemia da UFRJ, o professor Guilherme Travassos, da Coppe, criticou a completa inércia da União, de estados e municípios no controle da pandemia. “Entidades sérias, éticas e responsáveis têm prota-

nense. “Há um cenário de subnotificações excessivas. Quando o Brasil aponta que temos 10 milhões de casos, nossas estimativas dão conta que teríamos mais de 22 milhões de casos”, afirmou o professor Domingos Alves, da USP, durante debate promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura na última segunda-feira (veja mais abaixo).

Até o próximo dia 10, a previsão é que o país ultrapasse os 11 milhões de casos. “Em relação às mortes, nossa estimativa é de que o número de óbitos total anunciado é cerca de 60% do total real”, lamenta o pesquisador. E os problemas não param por aí. Segundo Domingos Alves, a defasagem em relação ao número de óbitos chega a 20 dias. É como se, olhando os números, tivéssemos mirando o retrovisor de um carro em movimento. E em alta velocidade. “Atingiremos 300 mil óbitos até 6 de abril, com média móvel de 1.500 mortes diárias até 14 de abril. E o cenário pode piorar por conta das mortes por falta de atendimento”.

Os estudiosos são unânimes em dizer que a origem do caos sanitário, social e econômico do Brasil está no negacionismo do governo federal em relação à pandemia. “O Brasil nunca seguiu as orientações da Organização Mundial da Saúde para a flexibilização social”, afirmou Domingos Alves. Os indicadores são: declínio do número de mortes por pelo menos três semanas e queda de pelo menos 50% da incidência em um período de três semanas após o pico da pandemia; estrutura hospitalar para suportar a demanda; testagem em massa e em segmentos específicos; rastreamento de infectados. “É urgente que os estados comecem a fazer um lockdown efetivo de 15 a 21 dias para conter o desastre sanitário. Expansão de leitos não é política de contenção da covid-19”.



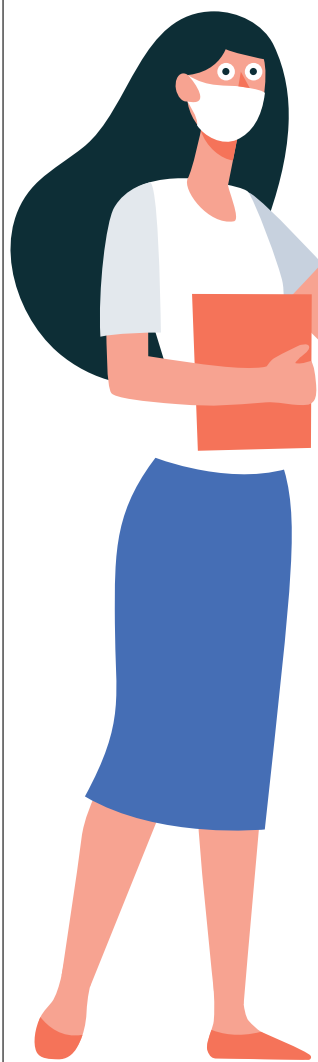
# Pandemia adia debate sobre retomada das aulas práticas

> Situação sanitária freia discussões em torno de um calendário de retorno seguro de atividades presenciais da graduação, mas classificação dos espaços avança em várias áreas da UFRJ

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

A universidade realiza um criterioso trabalho de levantamento da infraestrutura dos locais destinados a atividades experimentais – laboratórios, salas, ateliês. Até o momento, 54,1% das unidades que têm aulas práticas estão com seus espaços já classificados segundo os critérios estabelecidos pelo Manual de Biossegurança da universidade. Os espaços são separados de acordo com o risco de transmissão da covid-19. A maior parte tem risco baixo (verde) e não necessita de equipamentos de proteção individual especiais, além da máscara comum, álcool em gel e distanciamento social. A atividade exercida, o tamanho do espaço e a ventilação natural são variantes importantes para determinar quantas pessoas poderão ocupar simultaneamente cada local.

Outras 21,6% das unidades precisam adequar as respostas enviadas à superintendência. São dados como: quantidade de salas, tamanho, número de equipamentos, tamanhos das bancadas, número de usuários (em condições normais), localização, existência de janelas, entre outras informações. Já 8,1% estão em análise pela equipe e 16,2% das unidades acadêmicas ainda não enviaram as informações. Até o momento, Caxias é o único campus que está totalmente classificado. E o CCMN o único centro com todas as unidades



classificadas.

Com base nas informações passadas pelas unidades e pelas reuniões realizadas com as áreas de infraestrutura da UFRJ, o GT Pós-pandemia vai elaborar um plano para retorno das atividades presenciais práticas. O documento terá diretrizes gerais que deverão ser adequadas de acordo com a realidade de cada centro. “Cerca de sete mil estudantes têm atividades práticas em sua grade curricular. Mesmo com vacina, mesmo com R

(fator de transmissão do vírus) menor que 1, não teremos como receber todos ao mesmo tempo. Será preciso um rodízio”, alerta a professora Fátima Bruno, coordenadora do GT e superintendente de Planejamento Institucional da PR-3.

A professora Fátima reitera que o objetivo de seu trabalho é planejar e deixar a universidade pronta para o retorno das atividades. “Nós fazemos o planejamento das ações, mas quem vai dizer os critérios para este retorno é a área epidemiológica”, afirma. Em paralelo à classificação dos ambientes, o GT articula ações para que, no momento do retorno, toda a infraestrutura para a comunidade acadêmica esteja pronta e dentro dos critérios de segurança para evitar a propagação da covid-19. “É um trabalho com muitas pontas, com muitos atores envolvidos. Precisamos garantir que o restaurante universitário possa funcionar atendendo às normas de segurança, que o transporte interno tenha toda a logística e rotina de higienização voltada para esta questão da pandemia”, explica a professora.

## AUMENTO DE MORTES

A aceleração da pandemia no Brasil e a escalada vertiginosa do número de óbitos aumentam as incertezas sobre a retomada das aulas práticas, suspensas há um ano. E ainda não há como saber se haverá condições de testar a comunidade acadêmica. “Este é um momento de articulação, de levantamento dessas

condições, de interlocução com as áreas. Não há decisões ainda estabelecidas, mas há um planejamento muito detalhado de todo o processo”, afirma Fátima.

Roberto Medronho, professor da Faculdade de Medicina e coordenador do GT Coronavírus, vê os próximos dias com pessimismo. “Temos novas variantes circulando simultaneamente, governantes resistindo a tomar medidas de restrição, população agindo como se a pandemia não mais existisse... temos a tempestade perfeita”, lamenta o epidemiologista.

Nos próximos dias, segundo o especialista, o país pode ultrapassar a marca de duas mil mortes diárias. “A responsabilidade de tudo isso é do poder público. Saúde é um direito de todos e um dever do Estado, praticado por medidas que mitiguem a transmissão de doenças. É um preceito constitucional e a

principal responsabilidade é do governo federal”, afirma.

Pela evolução da doença, Medronho não enxerga um cenário favorável ao retorno das atividades práticas na universidade. “O momento não é adequado. Eu sou favorável à volta, fui favorável ao pleito dos estudantes da Medicina na Congregação da Faculdade, desde que seja um retorno opcional”, conta. “Para alguns cursos, o retorno precisa ser visto com muito carinho. Esta pandemia será estudada por séculos e os futuros médicos precisam lidar com esta questão. Entretanto, neste momento de recrudescimento da doença, nós vamos ter que reavaliar esse cenário. É prudente esperar um pouco mais”, finaliza o professor.



## ESTUDANTES DA FACULDADE DE MEDICINA QUEREM RETORNO

Ao mesmo tempo em que a crise sanitária se agrava no país, os estudantes de Medicina do Fundão pressionam a universidade para a volta das aulas práticas nos hospitais. O argumento é que o ensino está prejudicado sem a prática médica. Segundo nota divulgada pelo Centro Acadêmico do curso, aguardar a vacinação que só acontecerá entre o fim de 2021 e início de 2022 torna “inviável a manutenção do congelamento das aulas por tanto tempo”.

O GT-Retorno Aulas Práticas, formado por alunos, e o CA elaboraram um formulário direcionado aos alunos do ciclo clínico (do quinto ao oitavo período) para saber a opinião sobre a volta às aulas. A esmagadora maioria, 78%, quer retornar às aulas

práticas mesmo sem vacina. Outros 7,6% já foram vacinados e gostariam de voltar às aulas presenciais. Já 14,4% disseram que não voltariam, se pudessem optar.

“Queremos que este retorno seja planejado, a volta com rodízios, com garantia de equipamentos de proteção individual para todos os alunos”, elenca o estudante Guilherme Guerra, do CA da Medicina. “Nossa proposta é de que este retorno seja realizado juntamente com a reposição das práticas que já foram perdidas”.

Diante repercussão na imprensa, na semana passada, o grupo conversou com a direção da Faculdade de Medicina, e no próximo dia 9 vai se reunir com a Pró-reitoria de Graduação para

discutir os cenários possíveis. Vice-decana do Centro de Ciências da Saúde, a professora Lina Zingalli se preocupa com o fato de a reivindicação surgir justamente numa alta de casos. “Fica mais difícil tomar uma decisão de retorno, mas estamos também preocupados com a formação dos estudantes”.

A professora Anaize Borges Henriques, superintendente acadêmica do CCS, também não vê possibilidade de um planejamento com datas estipuladas para a volta presencial neste momento de tantas incertezas. “O CCS integra o GT Pós-pandemia, o GT de Aulas Práticas e também tem um GT interno. Estamos seguindo estritamente o que é determinado pelos grupos de trabalho, pela área científica

da universidade e pela reitoria”, afirma.

A docente diz entender a posição dos estudantes, mas lembra que toda a universidade está preocupada com a suspensão da prática acadêmica. “É uma reivindicação, entendemos, mas também temos enfermagem, odontologia, fisioterapia, farmácia, biologia... Mais de uma dezena de cursos, só no CCS, têm atividades práticas. E não é uma particularidade, o cenário é o mesmo em outras áreas”, observa. O critério para retorno, baseado no covidímetro menor que 1, foi citado pela docente. “Pelo que está acontecendo agora, o covidímetro não vai baixar no próximo mês, nem no outro, nem no outro. A UFRJ não faz ‘escolhas de Sofia’. Nunca fez e nunca fará”.

# Pesquisadores da Coppe criam plataforma CovidScan

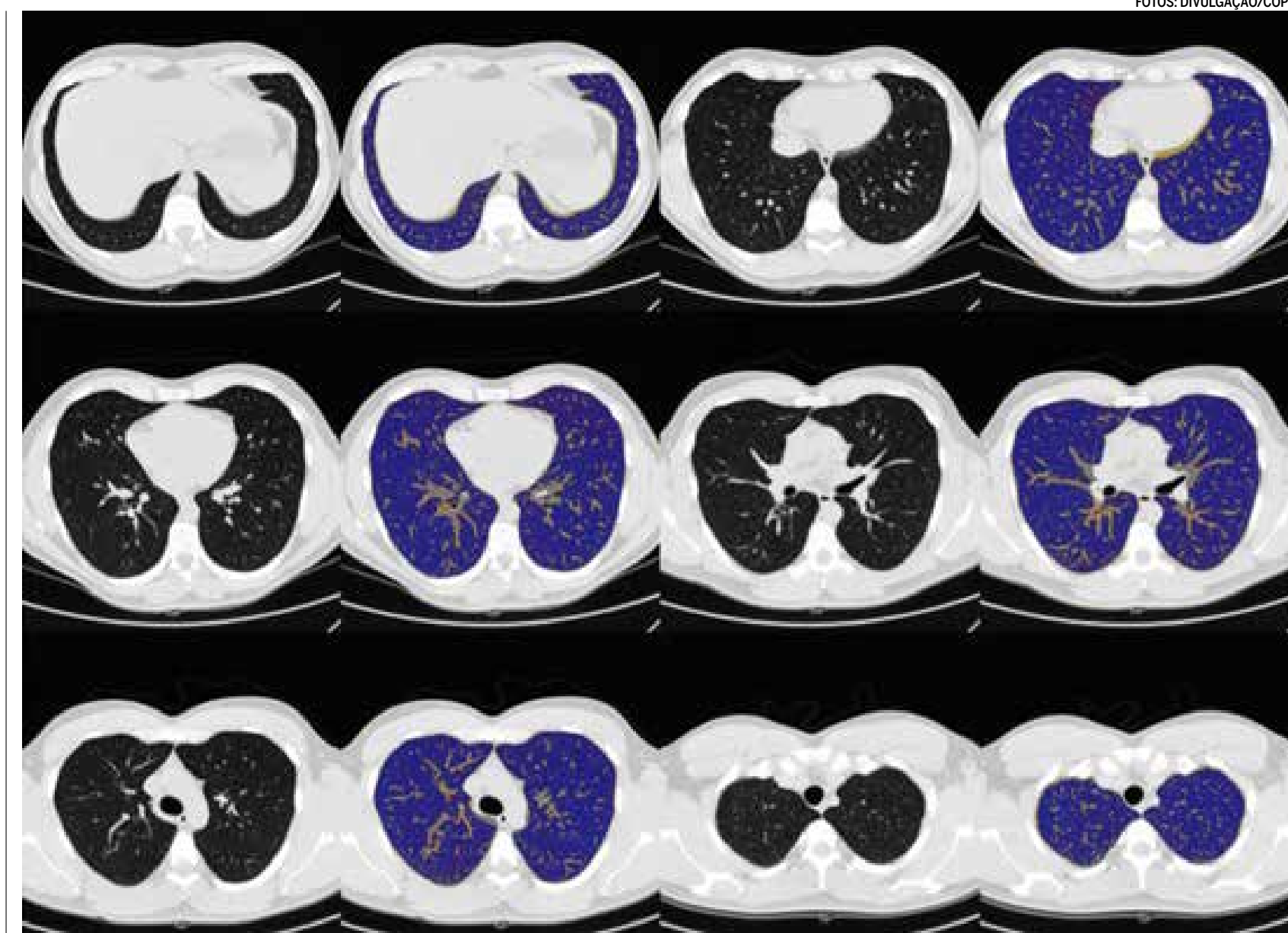
> Tecnologia inovadora facilitará o diagnóstico da covid-19. Serviço será oferecido gratuitamente para os hospitais públicos. Projeto foi financiado pela Finep, após vencer edital nacional

KIM QUEIROZ  
comunica@adufrrj.org.br

Democratizar o acesso ao conhecimento em serviço da saúde. Com essa premissa nasceu o CovidScan, uma plataforma online desenvolvida por uma empresa *spin-off* da Coppe/UFRJ, com o objetivo de facilitar o diagnóstico da covid-19. Devido à ausência de profissionais especializados, muitas unidades hospitalares afastadas dos grandes centros urbanos têm dificuldade de avaliar tomografias pulmonares. “Essa identificação de doenças a partir do diagnóstico de imagens não é algo simples de se fazer. Existe uma infinidade de padrões de imagens, e precisa haver um especialista para dizer qual o tipo de patologia no pulmão do paciente”, explica Josias Silva, diretor executivo da Petrec, empresa responsável pelo projeto.

O mecanismo favorece a realização desse prognóstico médico. O hospital precisa apenas de conexão com a internet para fazer o upload da tomografia ou raio-x do paciente na plataforma. O algoritmo, então, encontra imagens com características semelhantes às do pulmão em análise. Após alguns minutos, o sistema disponibiliza informações que permitem indicar qual a enfermidade, se essa está aumentando ou diminuindo, e qual o seu percentual de impacto. “Essa plataforma tem o potencial de otimizar e acelerar o laudo radiológico e, acima de tudo, ser um dispositivo mais quantitativo do grau de extensão e de severidade da doença, ajudando o radiologista a emitir o seu laudo com informações mais apuradas”, destaca o doutor Alysson Carvalho, consultor médico da Petrec.

O banco de dados iniciará com mais de 600 imagens segmentadas, já disponíveis em sites específicos e previamente classificadas pelo tipo de patologia. “A inteligência artificial precisa ser treinada. Existem infinitas possibilidades, então é preciso ter muitas imagens para que esse algoritmo aprenda consistentemente”, aponta Josias. O algoritmo se baseia na técnica de aprendizado de máquina (*machine learning*), um método em que sistemas aprendem com os dados a identificar padrões e tomar decisões, com o mínimo de intervenção humana. “Quan-



JOSIAS SILVA, diretor executivo da Petrec.

to mais imagens, melhor será o algoritmo. Por isso nós estamos desenvolvendo parcerias com hospitais do país, para usarmos também o banco de dados deles. Aí teremos o acréscimo de mais de cinco mil tomografias já anotadas”, comenta.

É a primeira vez que a Petrec trabalha no campo da saúde. A empresa atua no setor de óleo e gás, e usa a inteligência artificial para analisar tomografias de rochas de petróleo. “Com o resultado dessas tomografias,

a gente utiliza algoritmos computacionais para extrair dali propriedades, como permeabilidade, porosidade e outras”, descreve Josias, que é doutor em Geofísica pela Coppe.

O novo projeto conta com a colaboração do professor Alexandre Evsukoff, do Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia (Lamce) da Coppe, onde Josias já coordenou alguns projetos. O professor ressalta que, apesar da complexidade da tecnologia, a ferramenta é de fácil acesso. “O ajuste de um modelo de reconhecimento de padrões em imagens é um processo que exige horas em plataformas de processamento de alto desempenho. Já a execução do modelo é rápida e, uma vez ajustado, pode ser utilizada em um computador comum ou estação de trabalho”, afirma Alexandre.

Para atender o contexto da pandemia, o CovidScan será disponibilizado gratuitamente para hospitais públicos carentes de especialistas. “A gente tem um papel social. Estamos sendo financiados pelo governo, pela Finep, e a gente quer ajudar no combate à covid-19”, lembra Josias. Segundo ele, o uso da plataforma por parte dessas unidades hospitalares será vantajoso. “Nós esperamos ter *feedbacks* constantes desses



IMAGENS que fazem parte do banco de dados do projeto

usuários, o que vai retroalimentar o sistema, treinar o algoritmo e consolidar a ferramenta”. O planejamento da empresa é que esse seja apenas um módulo de uma plataforma maior, que deverá se chamar “HealthScan”. “A gente pretende desenvolver módulos ligados a outras patologias dentro do pulmão e em outros órgãos, e esses sim nós iremos comercializar para hospitais privados”, completa.

## INVESTIMENTO ESTATAL

Em meio a um cenário de cortes bruscos no orçamento ligado à ciência, o CovidScan materializa a importância dos órgãos de financiamento à pesquisa. Selecionado em primeiro lugar no edital “Soluções inovadoras para o combate à covid-19”,

da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o projeto foi contemplado com o valor de R\$ 1.249.500,00. “A Petrec já teve o financiamento da Finep em outras ocasiões, então a gente é muito atento a esse tipo de chamada”, conta Josias. O edital faz parte da seleção pública do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), com recursos de subvenção econômica à inovação, concedidos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

## O QUE É UMA EMPRESA SPIN-OFF?

A Incubadora de Empresas da Coppe tem o objetivo de estimular a criação de novos negócios baseados em tecnologias inovadoras, que apresentem interação com as atividades de pesquisa da UFRJ. Criada em 2003, a Petrec ingressou na Incubadora em 2013, se graduou em 2019, e hoje é uma empresa instalada no Parque Tecnológico da UFRJ. “No tocante a todo o nosso histórico de evolução técnica e de melhora dos nossos resultados, a Coppe participa ativamente desde que nascemos. Nós temos vários projetos de pesquisas com o Instituto, além de parcerias em aquisição de equipamentos de campo”, diz Josias.



# PEC Emergencial é aprovada no Senado e vai à Câmara

> Governo condicionou renovação do auxílio emergencial à aprovação da medida, que fixou valor de R\$ 44 bilhões para custear nova rodada do benefício, em quatro parcelas de R\$ 250

LUCAS ABREU  
lucas@adufjr.org.br

O Senado aprovou em segundo turno, nesta quinta-feira (4), o texto da PEC Emergencial. Prevalceu a posição do governo, que condicionou a renovação do auxílio emergencial à aprovação da PEC. Para conseguir os votos necessários dos senadores — foram 62 votos a favor e 14 contra —, o relator do texto, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), retirou da proposta o item que acabava com os pisos mínimos constitucionais para a Saúde e a Educação. O texto original gerou forte pressão popular sobre os parlamentares.

A PEC foi idealizada como uma política de austeridade para proteger o teto de gastos, com gatilhos que podem proibir o aumento de salário de servidores e a contratação de novos funcionários. Os gatilhos serão acionados caso 95% das despesas totais do governo sejam obrigatórias, ou em caso de um decreto de calamidade pública.

A aprovação da PEC não será suficiente para criar um auxílio emergencial que atenda a contento a população mais vulne-



“É uma loucura pensar que se pode fazer ajuste fiscal em meio a uma recessão e a uma pandemia”

LUIZ MARTINS DE MELO  
Professor de Economia da UFRJ

rável no momento mais crítico da pandemia de covid-19. A PEC prevê um limite de R\$ 44 bilhões para custeio do benefício em 2021. No ano passado, o pro-

grama gastou R\$ 322 bilhões. A proposta do governo agora é diminuir o valor do auxílio para quatro parcelas de R\$ 250, e contemplando um número menor de beneficiados.

“A solução escolhida pelo governo é a pior possível”, resumiu o professor Luiz Martins de Melo, do Instituto de Economia da UFRJ. “É uma loucura pensar que se pode fazer ajuste fiscal em meio a uma recessão e a uma pandemia”, diz ele. Luiz explicou que a concessão do auxílio emergencial freou a queda da atividade econômica, e a diminuição do valor do benefício e do número de beneficiados pode aprofundar a recessão. “A atividade econômica vai ser muito fraca no primeiro semestre de 2021, com recessão. E ninguém sabe, dada a ausência total de coordenação política, quando vamos ter vacina”, analisou o professor, que defendeu também que o governo tenha programas de apoio a pequenas e micro empresas no período da pandemia.

Para o cientista político Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ, a aprovação da PEC é uma derrota. “O governo consegue impor uma chantagem em um tema que envolve a sobrevivência das pessoas. E o auxílio aprovado



“O governo consegue impor uma chantagem em um tema que envolve a sobrevivência das pessoas”

JOSUÉ MEDEIROS  
Cientista político e diretor da AdUFRJ

é muito abaixo do necessário”, analisou Josué. “É uma chantagem, mas está aquém do que seria um programa liberal. Parece que é só uma maldade do

governo”.

O cientista político também chamou atenção da pressão da sociedade, com uma observação. “Muitas entidades da sociedade civil estão pressionando, mas também prefeitos e governadores. O sistema político é uma parte da sociedade, e quer o auxílio”, atentou o cientista político, que acredita que a urgência com que o Congresso está tratando o tema deve impedir alterações no texto na sua tramitação na Câmara. “O problema hoje é que não temos uma oposição articulada na Câmara. A oposição fica encurralada pela pressão a favor do auxílio”, apontou.

A expectativa é de que a Câmara comece a analisar a PEC Emergencial na próxima semana. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), escolheu para relator o deputado federal Daniel Freitas (PSL-SC), da ala bolsonarista do PSL. Ele tem 38 anos e está em seu primeiro mandato na Câmara. Lira quer urgência na tramitação, sugerindo que a PEC nem passe pelas comissões, indo direto a plenário. Se houver acordo no Colégio de Líderes, a PEC pode ser aprovada até quarta-feira (10). A oposição já se manifestou contra a tramitação rápida da PEC.

## TUITAÇÃO MOBILIZA SOCIEDADE CONTRA CORTES

Na quarta-feira (3), o Observatório do Conhecimento organizou um tuitaço contra os cortes no orçamento da Educação e da Ciência. A manifestação teve a participação de diversos setores da sociedade civil, ligados às áreas da Saúde, da Educação e de movimentos sociais. A hashtag #ConhecimentoSemCortes, usada durante o protesto, chegou a ser o quarto assunto mais comentado no Twitter. O tuitaço foi uma ação da campanha Educação tem Valor, criada pelo Observatório, que pretende pressionar o Congresso a reverter o corte de 16% para as universidades federais previsto na proposta de orçamento de 2021.

Participaram da manifestação as associações docentes e sindicatos que fazem parte do Observatório do Conhecimento, o Andes, a Confederação Brasileira dos Trabalhadores em Educação, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e movimentos

estudantis estaduais. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) também se juntou ao tuitaço.

A manifestação ganhou apoio de outros segmentos da sociedade civil, representados por

associações de classe, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde e o Levante Popular da Juventude.

Para o professor de Ciências

Políticas da UFRJ Josué Medeiros, diretor da AdUFRJ e um dos coordenadores da campanha do Observatório, o tuitaço foi bem-sucedido, mas ainda há muito trabalho a fazer. “O assunto está na pauta da sociedade, estão

todos vendo a tragédia que é essa proposta orçamentária, e isso está mobilizando”, avaliou. O próximo passo agora é exercer a pressão diretamente nos parlamentares da Comissão de Orçamento do Congresso.

O recrudescimento da pandemia impôs mais uma dificuldade à campanha. “Pensamos em ir à Brasília, mas já descartamos essa hipótese”, contou Josué, reconhecendo a dificuldade. “Temos mapeados os parlamentares da direita e centro-direita que fazem parte da comissão, e estamos tentando contato através de pessoas que têm relação com eles em seus estados”, explicou. O objetivo é alterar a proposta do orçamento antes de ela ser discutida pela comissão. “Se o sub-relator muda a proposta, você ganha muito mais do que se tiver que mudar na comissão ou nos plenários das casas”, explicou. Uma tarefa difícil em um tempo curto, já que a comissão pretende votar o texto final do orçamento até o dia 23 de março. (Lucas Abreu)

# CENSURA A EX-REITOR É MAIS UM ATAQUE À AUTONOMIA

O ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pedro Hallal, e o pró-reitor de Extensão e Cultura, Eraldo dos Santos Pinheiro, assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Controladoria-Geral da União (CGU) por proferir “manifestação desrespeitosa e de desprezo direcionada ao presidente da República”, conforme consta em publicação no Diário Oficial da terça-feira (2). Pelo acordo, os professores ficam impedidos, por dois anos, de descumprir o artigo 117 da Lei nº 8112/1990, que proíbe os servidores públicos de “promover manifestação de apreço ou desprezo no recinto da repartição”.

Em 7 de janeiro, após Jair Bolsonaro nomear a segunda colocada na lista tríplice da UFPEL como reitora, o então reitor Pedro Hallal fez duras críticas ao presidente por atentar contra a



O EX-REITOR Pedro Hallal

autonomia universitária, durante transmissão ao vivo nos canais da universidade na internet. Segundo a CGU, o ambiente virtual da universidade se configura como “local de trabalho”, o que infringiria o artigo 117. O processo contra os docentes da UFPEL foi movido a partir de pedido do de-

putado federal bolsonarista Bibo Nunes (PSL-RS), que pleiteava a demissão de Pedro Hallal. Com a assinatura do TAC, que na prática impõe uma “mordada” de dois anos aos professores, o processo foi arquivado.

Doutor em Epidemiologia, Hallal é um dos mais ferrenhos críticos à condução do combate à pandemia de covid-19 pelo governo federal. Publicou um artigo na revista científica Lancet em que diz que três em cada quatro mortes pela doença poderiam ter sido evitadas no Brasil caso o governo não cometesse tantos erros. Em entrevista à revista Carta Capital na quarta-feira (3), Hallal disse que optou por assinar o TAC para que o processo fosse arquivado e associou o ataque que sofreu ao seu posicionamento quanto ao combate à covid-19: “Talvez não seja coincidência que eu sou um dos pesquisadores que mais têm

feito críticas à atuação do governo durante a pandemia”.

Em 7 de fevereiro, um mês após as críticas de Hallal, o Ministério da Educação, por meio da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior (Difes), encaminhou um ofício em que determinou às universidades a tomada de providências com objetivo de “prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino”. O ofício se baseou em uma recomendação de 2019 do Ministério Público Federal, assinada pelo procurador-chefe da República em Goiás, Ailton Benedito de Souza. Em maio de 2020, contudo, o Supremo Tribunal Federal decidiu por unanimidade que são inconstitucionais decisões judiciais que vedem a liberdade de expressão de alunos, professores e servidores em universidades. O ofício da Difes vai de encontro a essa decisão.

Na quarta-feira (3), líderes de seis partidos de oposição (PT, PSB, PDT, PSOL, PCdoB e Rede) encaminharam uma representação à Procuradoria-Geral da República contra “ato ilegal e imoral” do ministro da Educação, Milton Ribeiro, e do diretor da Difes, Eduardo Gomes Salgado, pelo envio do ofício. No documento, os parlamentares sustentam que os ataques às universidades públicas por parte do governo federal é contumaz: “A escalada autoritária em face da autonomia universitária está na ordem do dia do governo Bolsonaro, sobretudo por aqueles que hoje dirigem o Ministério da Educação”. Na representação, os partidos argumentam que o ofício deve ser considerado inconstitucional e exigem que os responsáveis sejam processados por improbidade administrativa. (Alexandre Medeiros e Liz Almeida)

## CARTA ABERTA AO EXMO. SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO, MILTON RIBEIRO

Falo apenas e tão-somente como professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Não posso acreditar nas notícias veiculadas nos jornais de hoje sobre suposta decisão de seu ministério. Porque

seria um flagrante desrespeito à Constituição de 1988, à liberdade de cátedra e de expressão. Uma inominável perseguição aos professores. Se a notícia for verdadeira, senhor ministro, trata-se de agressão à democracia. Diminui

a estatura da pasta. E não só. Não pode ser um “ukaz” ou uma “fawta”, senhor ministro. Vivemos sob a égide da Constituição Cidadã. Quero acreditar que tudo não passe de imenso, vergonhoso equívoco. Não posso assistir, de braços

cruzados, à agressão contra meus colegas, contra a universidade brasileira. Abra a Divina Comédia e o senhor verá dentro dela mística pura, política intensa, seria o caso de abrir processo contra Dante, se vivo estivesse. Não ouse

acreditar no que li. Seria o começo do Apocalipse. Uma agressão aos democratas.

Marco Lucchesi  
Professor Titular de Literatura Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro

## DEBATE | OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

# UNIVERSIDADES INTEGRADAS AO MUNDO

ELISA MONTEIRO  
elisamonteiro@adufjr.org.br

Olhos abertos para a internacionalização. O terceiro webinar promovido pelo Observatório do Conhecimento reuniu experiências universitárias da América Latina, Estados Unidos, China e Alemanha para expandir as fronteiras da reflexão sobre o futuro da educação superior brasileira. Entre prós e contras de modelos estrangeiros, os convidados destacam a flexibilidade curricular e mais integração com projetos de país. O encontro foi realizado na noite de terça-feira (2). E a íntegra do conteúdo pode ser acessada pelo canal do Observatório no youtube (<https://bit.ly/3bcmxpi>).

Um dos principais players da economia global, os chineses abocanham a maior parte das matrículas universitárias no exterior hoje. De acordo com Jianaina Silveira (Radar China), as instituições de ensino superior de língua inglesa (sobretudo as norte-americanas) são o destino preferencial da internacionalização chinesa, tanto em função da expectativa de emprego posterior, quanto pela dificuldade de acesso às vagas na própria China.

Dentro do país, a dedicação dos alunos aos estudos é integral. Todos os anos, são em média dez milhões de chineses ingressando nas universidades. Em geral, os estudantes moram nos campi, partilhando quartos coletivos que abrigam de quatro a seis pessoas. Etnias minoritárias contam com cotas. “Há apoio governamental à pesquisa e desenvolvimento dentro das universidades, elas são um dos pilares do sistema de inovação chinês. Desde 1993, a China permite que universidades privadas também atuem nesse sistema acadêmico. Embora as universidades de elite na China sejam todas públicas, mesmo elas têm uma taxa anual, que normalmente não é muito alta, mas todo mundo precisa pagar”, acrescenta.

A experiência de renovação universitária alemã foi compartilhada pelo professor da USP, Ricardo Terra. “Na universidade de Berlim, nós temos essa junção de ensino e pesquisa, a organização por cátedra, conhecimento desinteressado, a liberdade de ensinar e de aprender, além da introdução de seminários, que foi importantíssima”, resume o docente.

Terra relaciona o protagonismo alemão na agenda política de meio ambiente à mudança de foco acadêmico. “É meio

equivocado pensar que a universidade de Frankfurt é apenas humanista”, diz. E completa: “A universidade de pesquisa alemã é essa mistura de conhecimento desinteressado com conhecimento vinculado com a indústria. Não é só inventar a maneira de melhorar a agricultura, mas como difundí-la”.

O modelo norte-americano aceita ao oferecer uma maior flexibilidade curricular. Essa é a opinião do ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar de Almeida Filho. “É um sistema que permite escolhas na progressão e não a pré-escolha. Isso contrasta muito com o sistema brasileiro, que obriga as pessoas a escolherem o curso, a faculdade, o lugar que vão estudar antes de proceder ao processo seletivo. Isso é irracional”, justifica.

Na visão do docente, a mais recente expansão universitária brasileira, o Reuni, avançou no acesso ao ensino superior. Porém, deixou uma lacuna em termos de renovação administrativa e acadêmica. “As universidades dobraram [de tamanho], mas não mudaram o foco”, avalia Naomar. Para ele, o modelo universitário do país precisa ser debatido: “Estamos aqui com o mico de sermos talvez o país com alguma importância geopolítica —

enquanto temos importância geopolítica, porque infelizmente estamos perdendo isso rapidamente — com um modelo do século XIX, que foi inclusive abandonado pela sua própria origem”.

A temperatura da América Latina é analisada pela integrante do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras, Rossana de Souza e Silva. “De forma geral, os sistemas de ensino superior na América Latina são marcados tanto por tradições locais como por conflitos entre Igreja e Estado ou por mudanças de regimes políticos”, ela diz. Algumas diferenças também são frisadas: “As ditaduras militares tiveram forte impacto na Argentina, Chile e Brasil, enquanto no México houve uma laicização muito forte nessas instituições”, compara. Os contrastes, segundo ela, são marcantes: “Diversas análises mostram o potencial para o futuro da região — que deve ser construído desde já —, que é muito rica em termos de recursos naturais e de heranças culturais fortes para a humanidade. Mas que convive com grandes contrastes do ponto de vista do desenvolvimento econômico-social”.

Entre os desafios comuns e atuais são listados: a inovação, a inclusão e a preocupação com a qualidade, principalmente na preparação de doutores para atuar na solução de problemas locais e regionais. Rossana destaca ainda cooperação bilateral e multilateral. “Para superar os problemas regionais que nós encontramos na América Latina, é muito importante trabalharmos em cooperação por meio de programas que possam contribuir conjuntamente para superar esses problemas. Eles não serão superados com um passe mágico”, defende.



# Artigo

**ALEXANDER W. A. KELLNER**

Diretor do Museu Nacional/UFRJ

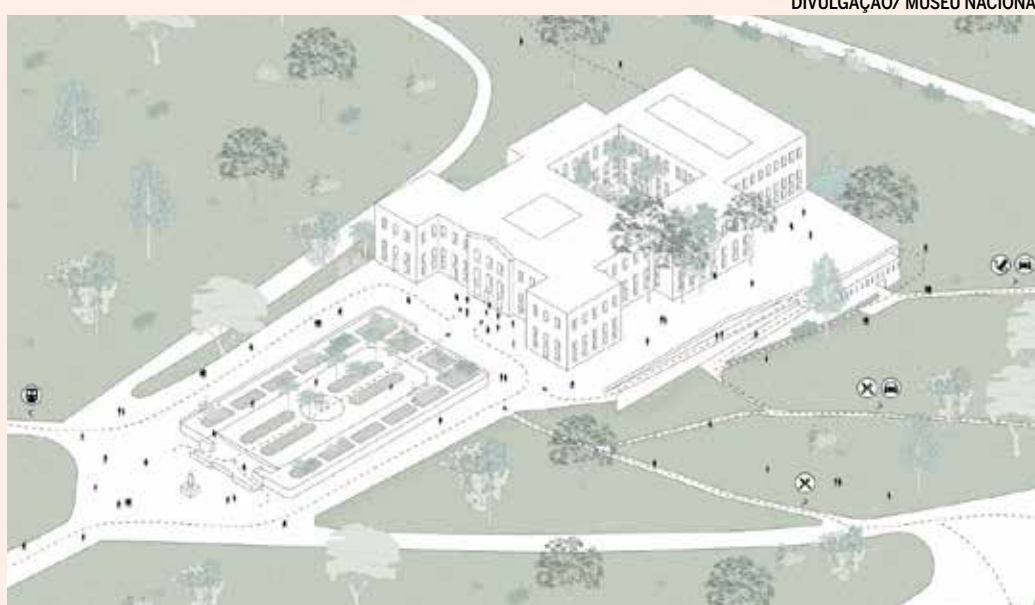


## PROJETO MUSEU NACIONAL VIVE: A RENOVAÇÃO DO PALÁCIO GANHA FORMA!

**A**caba de ser divulgado o resultado da licitação referente à concepção de arquitetura e restauro da sede do Museu Nacional/UFRJ e de seu anexo. A proposta vencedora foi de um consórcio liderado pela empresa H+F Arquitetos, que possui grande experiência na área e que está à frente da restauração e modernização de outro equipamento cultural muito importante, o Museu do Ipiranga, em São Paulo. Os conceitos ora apresentados são estudos que irão orientar o desenvolvimento do projeto arquitetônico final da parte interior do palácio.

Toda a atividade licitatória foi coordenada pela Unesco, envolvendo diversos arquitetos, restauradores e profissionais da área de conservação. Estavam representados o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o International Council of Museums Brasil (ICOM BRASIL), o Instituto Cultural Vale, o Escritório Técnico (ETU/UFRJ) e a Faculdade de Arquitetura da UFRJ, a reitora e o diretor do Museu Nacional, entre outros. Também esteve presente uma equipe de profissionais que fez análises técnicas do projeto, tais como viabilidade estrutural e econômica, além de lidar com questões envolvendo a qualificação técnica das empresas que se habilitaram. Houve todo o cuidado para que fossem levados em conta os princípios norteadores nacionais e internacionais de preservação, conservação e restauração de um patrimônio histórico e artístico, além dos critérios de intervenção apresentados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No total, foram 12 participantes, com propostas bem diversas. Não foi fácil chegar a um vencedor.

A divulgação do resultado despertou grande interesse da sociedade — o que nos deixa animados. Sempre é bom frisar que essa participação é muito importante, já que o projeto final será elaborado em 18 meses e com a participação de diversos atores. O maior desafio será encontrar o equilíbrio entre a importante e rica história do palácio e a contemporaneidade necessária para um museu mais aberto e acessível à comunidade e que realize um cons-



DIVULGAÇÃO/ MUSEU NACIONAL



**PROPOSTA VENCEDORA.** Concepção artística dos estudos que irão orientar o desenvolvimento do projeto arquitetônico final. No total, foram 12 participantes, com propostas bem diversas. A proposta vencedora foi de um consórcio liderado pela empresa H+F Arquitetos.

tante diálogo com a sociedade. A ideia é a de divulgar os avanços do projeto definitivo à medida que esse vá sendo desenvolvido.

Um ponto de atenção é a história do palácio. Como sabemos, ali foi a casa dos dois imperadores brasileiros e de suas esposas e filhos. Posteriormente foi o local da primeira assembleia constituinte republicana. Não é de muito conhecimento, mas após a decretação da República, houve uma desfiguração total do palácio, antes mesmo de o Museu Nacional ter sido transferido para aquela edificação. O grande incêndio de 2 de setembro de 2018 acabou por destruir o que de histórico havia sobrado, com exceção do Jardim das Princesas. Mesmo assim, a instituição vai resgatar e reconstituir os espaços históricos de referência do palácio, como a antiga Sala do Trono de D. Pedro II e a Sala dos Embaixadores. Também está em pauta a recriação do antigo gabinete de D. Pedro II, como também uma sala destinada à Imperatriz Leopoldina, figura tão importante para a independência do Brasil. As intervenções contemporâneas serão concentradas particularmente no bloco IV, que forma a parte posterior do palácio. Vãos livres e salas com amplos espaços estão sendo pensadas.

Mesmo que ainda estejamos no início do projeto, com praticamente tudo por fazer, já podemos ter duas certezas. A primeira é que as fachadas do palácio serão todas restauradas no estilo neoclássico, da forma mais fidedigna possível ao original. Essa obra, aliás, deverá se iniciar nos próximos meses. E a segunda, que teremos um equipamento museal de ponta. Finalmente queremos um museu de História Natural e Antropologia inovador, sustentável e acessível, que promova a valorização do patrimônio científico e cultural e que, pelo olhar da Ciência, convide à reflexão sobre o mundo que nos cerca, ao mesmo tempo que nos leve a sonhar.

Aproveitamos para agradecer a todos que estão transformando esse sonho em realidade, como os profissionais da UFRJ e do próprio Museu Nacional. Agradecemos ao Instituto Cultural Vale, Unesco, deputados federais do Rio de Janeiro, Alerj, Bradesco, BNDES, SAMN, governo federal da Alemanha, Instituto Goethe e tantos outros pelo apoio e incentivo.